

Alguns dados sobre a situação sócio económica do Nordeste Transmontano

J. Ferreira Tão

O trabalho que apresentamos faz a síntese de elementos que possibilitam uma análise das condições sócio económicas da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, que a Associação do Nordeste Transmontano tem vindo a coligir e a divulgar com vista a tornar conhecida a realidade sócio económica da Região.

No entanto, reconhecemos que os dados que a seguir referimos, poderão, em alguns casos, não ser os mais actualizados, devido, em parte, ao atraso na publicação do Censo de 1981 e ainda a dificuldades encontradas na recolha de elementos estatísticos.

Por este facto, pedindo a melhor compreensão.

1. Situação demográfica

Os distritos da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao contrário da zona do litoral, não foram, até hoje, nunca muito povoadas. A densidade demográfica do distrito de Bragança não ultrapassa os 28 hab/km² e a de Vila Real, embora não sendo tão fraca, com cerca de 62 hab/km², é ainda assim bastante inferior à do Continente, que, em 1981, era de 105 hab/km².

A distribuição espacial da população não é, contudo, homogénea. Há uma maior concentração demográfica à volta das duas capitais distritais de Bragança e Vila Real e ainda em Chaves, Peso da Régua, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Vale do Douro e nas zonas menos montanhosas, decrescendo com a altitude.

De 1970 a 1981 a população de Trás-os-Montes e Alto Douro praticamente manteve-se estável. Assim, enquanto a população do Continente aumentou 14,9%, no distrito de Bragança o aumento foi apenas de 1,9%, ao passo que, no distrito de Vila Real, verificou-se uma diminuição de 0,8%.

Em termos absolutos e segundo o resultado do INE, relativos ao Censo de 1981, as percentagens referidas correspondem a uma população de:

NO CONTINENTE -	em 1970, a 8089,0 milhares
	em 1981, a 9 297, 1 milhares + 1 208, 1 milhares
EM BRAGANÇA -	em 1970, a 177,9 milhares
	em 1981, a 181,4 milhares + 3,5 milhares
EM VILA REAL -	em 1970, a 264,8 milhares
	em 1981, a 262,6 milhares - 2,2 milhares

Estas pequenas variações na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, entre os Censos de 1970 e 1981, estão associadas ao saldo entre o número de nascimentos e de óbitos e ainda à emigração. Apesar de tudo, o decréscimo da população não foi tão acentuadamente negativo como na década 60, devido ao fluxo de retomados das ex-colónias e ao decréscimo da emigração.

2. Repartições por sexos

Em 1970, a relação de masculinidade mais baixa verificava-se no grupo etário dos 25-29 anos, tanto nos distritos transmontanos como no Continente, devido fundamentalmente à emigração. No referido grupo etário, a relação de masculinidade era de 75,13% no distrito de Bragança, 76,5% no distrito de Vila Real, enquanto no Continente, chegava aos 87,3%. Os resultados do Censo de 1981, apontam a nível regional, no entanto, para um desequilíbrio menos intenso entre sexos, a que não será alheio um certo abrandamento da emigração na década de 70 e ao retorno de uma população, relativamente jovem, das ex-colónias.

3. Repartição por idades da população residente

Dados de 1960, permite-nos concluir que em Trás-os-Montes e Alto Douro, a percentagem da população com mais de 65 anos era inferior à do Continente. No entanto, nos 10 anos seguintes, essa percentagem aumentou rapidamente aproximando-se no distrito de Vila Real da percentagem nacional; Vila Real com 8,8%, o Continente com 9,7% e no Distrito de Bragança com 10,4%, percentagem, esta, que ultrapassa mesmo a média do Continente. Deve, porém, referir-se que o rápido envelhecimento no Nordeste, foi económica e socialmente grave porque, em vez de resultar de uma melhoria sensível da esperança de vida, foi consequência da população em idade activa.

4. Alguns dados sobre a situação sócio económica

É conhecida que em Trás-os-Montes e Alto Douro a percentagem da população activa que trabalha na agricultura ultrapassava em mais do dobro a média do Continente.

Os últimos dados ao nosso dispor, referem 72% de activos na agricultura, enquanto a média no Continente, é de 33%.

Por outro lado a propriedade da terra arável está distribuída por explorações agrícolas de carácter familiar, cuja área não ultrapassa 6,3 ha divididas, em média, por 10 parcelas.

Esta fragmentação da propriedade e a reduzida área das explorações agrícolas, é uma das causas determinan-

tes do não desenvolvimento das forças produtivas, geradoras no plano ideológico do conservadorismo destas populações, traduzindo, na prática, um obstáculo ao desenvolvimento económico e social da região.

Quanto ao sector secundário, sabemos que não ultrapassava os 12% da população activa, enquanto que no Continente, em 1970, atingia cerca de 34%, o que, reflete bem, o baixo nível de industrialização. A reforçar o que afirmamos, está o facto de, em 1977, a indústria transformadora em Trás-os-Montes e Alto Douro, não ter atingido 1 % do total do valor bruto da produção, do valor acrescentado bruto e do emprego em relação ao Continente.

Ainda outro bom indicador do baixo nível de industrialização da região, está no facto do Nordeste Transmontano, em 1979, apenas ter consumido 1,4% de energia eléctrica do total do consumo do Continente, não obstante as suas barragens terem produzido 33% da produção nacional.

5. Vias de comunicação

5.1. Rede viária

Tanto no Distrito de Bragança como no de Vila Real, as estradas são, dum maneira geral, de traçado sinuoso e de mau pavimento, dificultando as comunicações às capitais de distrito e com o exterior, tomando difícil o relacionamento do Nordeste com o resto do país. Existe, há muito, um projecto de construção de uma via rápida – Bragança/Porto - passando por Vila Real, cujos trabalhos estão bastante atrasados.

A falta de vias de comunicação constitui um travão ao desenvolvimento da região, dificultando a implantação de indústrias uma vez que toma difícil o escoamento dos produtos. De igual modo, a agricultura sente este problema, visto que, as vias não possibilitam acesso fácil aos mercados regionais e nacionais, não fomentando o desenvolvimento das forças produtivas.

Também o turismo, nomeadamente, o das regiões das Pedras Salgadas, Vigado e Carvalhelhos, está condicionado a esta realidade.

A região é servida pelas linhas do Sabor, Tua, Corgo e Douro. As duas primeiras servem as populações do Distrito de Bragança; a do Corgo, o Distrito de Vila Real; e a do Douro a zona sul da região.

Pelo desinteresse que a C.P. tem votado em servir os utentes, não renovando o material circulante, estas linhas férreas encontram-se degradadas, prestando mau serviço, quer de frequência e ligação aos comboios, quer ainda na demora dos percursos. Estes factos têm servido de pretexto para os últimos governos pretenderem encerrar as linhas de vias férreas do Sabor, Tua e Corgo, sem qualquer consideração pelas populações. Ultimamente, procuram transferir para as autarquias, a responsabilidade da sua exploração, havendo até alguns autarcas que, por um «prato de lentilhas», ou seja, a troco da betuminização da estrada Moncorvo/Miranda, tenham consentido na desactivação da linha do Sabor.

6. Analfabetismo e escolarização

De acordo com os dados que dispomos, a taxa de analfabetismo nos dois distritos, é a mais elevada do Continente, ultrapassando ainda os 30%, embora desde 1974, tenha vindo a diminuir pela extensão da escolaridade obrigatória.

No que se refere à escolarização, verifica-se que a percentagem de alunos que frequentam o ensino preparatório e secundário, encontra-se dentro dos valores médios nacionais. Porém, à medida que os jovens atingem idades, compreendidas entre os 17 e 20 anos, a taxa de escolaridade é pouco significativa, o que nos leva a considerar que o acesso às escolas do ensino médio e superior da região, é muito limitado, uma vez que estas não servem os interesses daqueles que têm maiores dificuldades económicas e, em particular, dos jovens que não têm possibilidades de recorrer aos estabelecimentos de ensino fora da região.

7. Saneamento básico

Dados estatísticos conhecidos, relativos a 1979, permitem concluir que apenas cerca de 50% da população dos distritos de Bragança e Vila Real, é servida por rede de água e a restante população dos dois distritos por fontenários, que, muitas vezes não asseguram a água em condições de ser consumida; existe ainda, em algumas freguesias, fontes de mergulho. É de notar que a população servida por rede de abastecimento domiciliário está concentrada nos centros urbanos.

8. Esgotos

A população que beneficia de rede de esgotos, não atinge um terço do total nos dois distritos, Bragança e Vila Real. Os concelhos onde o valor máximo da população é servida, é o Peso da Régua com cerca de 50% e, com valor mínimo, de cerca de 3% é o de Vila Pouca de Aguiar.

9. Recolha de lixo

Também a percentagem da população que beneficia da recolha de lixo é diminuta, não atingindo, nos distritos de Bragança e Vila Real, um quarto da população.

Os serviços da recolha de lixo, em geral, só são prestados nas sedes de concelho e, mesmo aqui, o lixo é depositado em lixeiras ao ar livre, constituindo focos de permanente infecção.

10. Condições habitacionais

Tanto nos distritos de Bragança, como no de Vila Real, mais de 2/3 dos alojamentos, não tinham água ao domicílio, nem retrete privada. Em comparação com a média do Continente, esta taxa revela forte desequilíbrio entre o Nordeste e o resto do país. Assim, a percentagem de alojamentos sem retrete privada, em 1977, era de 39% no Continente, 82% no distrito de Bragança e de 74% no de Vila Real.

11. Alguns dados sobre saúde

11.1. Taxa de mortalidade infantil

Este indicador que, exprime o número de óbitos de crianças com menos de um ano por mil nados vivos, como é sabido, é considerado como um dos mais importantes indicadores do desenvolvimento, uma vez que permite avaliar a eficácia dos serviços de saúde e ainda das condições sócio económicas das populações (dieta alimentar, condições de habitação, saneamento básico, etc.).

A evolução da taxa de mortalidade infantil nos dois distritos tem vindo a evoluir favoravelmente. Assim, em 1960, no distrito de Bragança era de 105,7% e no de Vila Real de 85,4% descendo em 1979, nos dois distritos para cerca de 46%. Contudo, este valor comparado com o do Continente, para este mesmo ano, é bastante superior, pois, a taxa média no Continente era de 26%.

11.2. Partos sem assistência

Embora não tenhamos dados recentes sobre a assistência ao parto, somos obrigados, por isso, a reportarmos ao ano de 1977. Neste ano, no distrito de Bragança, cerca de 30% das parturientes não foram assistidas e no de Vila Real esta taxa foi ainda maior, rondando os 55%. Em relação à média do Continente, era bastante acentuada a diferença, uma vez que os partos sem assistência só atingiam 12,4%.

11.3. Algumas doenças características do subdesenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro

As gastroenterites e diarreias, a febre tifóide, os problemas de saúde materna, os problemas de saúde infantil, malnutrição e a brucelose, estão directamente relacionadas com o baixo nível sócio económico e com a falta de conhecimentos de educação sanitária das populações. Estes tipos de doença que aparecem praticamente em todos os concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança, estão relacionados com a ausência de esgotos, com o abastecimento de água, e ainda com a falta de recolha e tratamento do lixo.

12. Conclusões

São estes alguns dados que caracterizam a situação sócio económica do Nordeste Transmontano. Naturalmente que, constitui em muitos aspectos uma situação bastante desfavorável em relação ao resto do País, já de si colocado na cauda da Europa, apesar de tudo, a região Trás-os-Montes e Alto Douro possui potencialidades humanas e naturais que lhe permitem encarar o futuro, não como uma fatalidade de atraso e subdesenvolvimento, mas como uma esperança de progresso e bem estar social.

Desde logo tem capacidades humanas que, postas ao serviço de uma economia de verdadeiro desenvolvimento da região, muito poderá contribuir para as transformações sócio económicas indispensáveis. Tem também Trás-os-Montes e Alto Douro capacidades agrícolas que, no conjunto do País, poderiam contribuir para o equilíbrio do défice dos produtos alimentares que importamos.

Efectivamente, o Nordeste Transmontano, possui um rico potencial hidráulico por explorar que poderia contribuir para uma maior produtividade da agricultura da região. Como recentemente referiu o Sr. Eng. Faria Ferreira numa conferência promovida pela Associação do Nordeste Transmontano, existem inventariados na região, locais para 95 possíveis pequenos e médios aproveitamentos que permitiriam irrigar 40 000 ha de terras cultiváveis.

Além desta importante valia agrícola, estes pequenos e médios aproveitamentos hidráulicos, possibilitariam uma produção complementar de energia eléctrica na ordem dos 95 milhões de kWh, em ano médio.

É evidente a importância destes pequenos e médios aproveitamentos hidráulicos para a transformação da vida das populações e para a economia da região, sobretudo se, à componente agrícola, acrescentamos o emprego e o investimento induzido. Existe, por outro lado, em Trás-os-Montes e Alto Douro, grandes potencialidades energéticas. Assim, a energia que se produz actualmente nas barragens existentes, na bacia hidrográfica do rio Douro, na zona abrangida pelo Nordeste Transmontano, é da ordem dos 5168 milhões de kWh em ano médio, ou seja, a energia equivalente a 444 448 toneladas de petróleo. Com a construção das barragens previstas do rio Sabor (S. Paio e Quinta das Laranjeiras) e no rio Tua (Rebordelo, Cachão e Foz Tua), poderá ser produzida, em ano médio, mais de 1230 milhões kWh, ou seja, a energia equivalente a 105 780 toneladas de petróleo.

Por outro lado, o subsolo, rico em minérios (Volfrâmio, estanho, ouro e prata), dos quais ressalta, pela sua importância, os minérios de ferro de Moncorvo, cujas reservas geológicas são calculadas em 600 milhões de toneladas. A exploração do minério de ferro de Moncorvo, proporcionaria emprego permanente a algumas centenas de trabalhadores, tomando-se, certamente, um pólo de desenvolvimento da região, induzindo a criação de outros tantos postos de trabalho.

De referir ainda que o transporte do minério, por caminho-de-ferro, de Moncorvo para o Seixal, iria contribuir para a viabilização da C.P., que poderia ver o seu tráfego aumentado em 70%, em termos de tonelada km.

Por último, em termos nacionais, a exploração do minério de ferro e a sua utilização pela Siderurgia Nacional, pouparia ao País, ao longo de alguns anos, um elevado montante de divisas, ajudando, deste modo, a equilibrar a balança de pagamentos.

Lisboa, Abril de 1984